EL KSAR EL-KEBIR. NARRATIVAS E HISTÓRIA
SEBÁSTICANA NA BATALHA DOS TRÊS REIS.
MARROCOS, 1578*

*El-Ksar El-Kebir. Narratives and Sebastian History in
the battle of the three Moroccan kings, 1578*

Jacqueline Hermann**

RESUMO

Este artigo analisa o contexto em que surgiram as primeiras crônicas sobre a batalha de Alcácer Quibir no mundo ocidental, além de discutir o caráter dialógico das elaborações dessas narrativas e indicar algumas rotas de circulação que algumas versões percorreram entre fins do século XVI e início do século XVII.

Palavras-chave: Alcácer-Quibir; D. Sebastião; União Ibérica; Felipe II; narrativas.

ABSTRACT

This article analyses the context in which the first chronicles on the battle of Alcácer Quibir appeared in the western world, as well as discusses the dialogical character present in the elaborations of those narratives. It also indicates point some circulation routes that some versions took between the late 16th and early 17th centuries.

Key-words: Alcácer-Quibir; D. Sebastião; Iberian Union; Phillippe II; narratives.

* Pesquisa realizada com o apoio do CNPq.

** Departamento de História - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A batalha de Alcácer Quibir, como ficou conhecida no mundo ocidental, ou a batalha dos Três Reis, nome recebido entre os que professam a fé islâmica, foi objeto de inúmeras histórias e narrativas tão espetaculares quanto trágicas e misteriosas. Se para o ocidente, e sobretudo para os portugueses, esse terrível acontecimento marcou o desaparecimento do jovem rei português D. Sebastião e alimentou a elaboração de uma crença messiânica que atravessou os séculos, para os muçulmanos foi uma batalha vitoriosa, embora também tenha significado a perda igualmente misteriosa dos dois soberanos islâmicos envolvidos. Este artigo pretende discutir o contexto em que surgiram as primeiras versões sobre a batalha de Alcácer Quibir no mundo ocidental e indicar algumas das rotas de circulação que estas narrativas percorreram entre fins do século XVI e início do XVII.

A história mais conhecida e citada sobre esta cruzada tardia que opôs cristãos e muçulmanos no Norte da África, no ano de 1578, foi elaborada no calor dos acontecimentos e ainda bastante comprometida com o desfecho da batalha. Tanto no mundo ibérico, onde os desdobramentos se fizeram sentir de forma mais rápida e importante, como no contexto europeu da época, em face da magnitude assumida pelo império espanhol com a anexação de Portugal e de todos os territórios coloniais lusitanos, os ecos desse impressionante episódio repercutiram e foram assimilados através de incontáveis relatos. O império que nunca dormia, com possessões em todos os continentes, estimulou a produção de relatos variados sobre a batalha que, embora perdida pelos cristãos, ajudou a consolidar a ascensão fulgurante do Rei Católico na Europa ocidental.

Assim como as biografias de D. Sebastião, não é fácil analisar as várias histórias produzidas desde o final do século XVI sobre a guerra portuguesa no Marrocos. Em primeiro lugar, porque os primeiros relatos conhecidos são de estrangeiros; muitos destes, é possível conjecturar, escritos por solicitação de Felipe II, contam histórias sempre extremamente desfavoráveis para Portugal, e sobretudo para D. Sebastião. Com o objetivo de responder a narrativas que feriam os brios dos portugueses, as primeiras versões portuguesas para a desonrosa derrota foram elaboradas por ex-combatentes e com o claro objetivo de ressaltar a bravura dos soldados lusitanos, conspurcados pela derrota e pelo que a ela se seguiu: a perda da soberania do reino para Castela.

A importância assumida pela presença portuguesa no Norte da África, desde o reinado de D. João I de Avis, baseou-se no projeto de cruza-

da contra os infiéis e na retomada do conceito de “guerra justa”, gloriosamente coroada com a tomada de Ceuta em 1415. Depois de consolidar a soberania diante de Espanha em 1385¹, Portugal ocupou nichos do coração da África muçulmana, acirrando ainda mais a rivalidade com o país vizinho, a esta altura ainda dividido em reinos concorrentes.

Na esteira dessa ocupação espetacular, ganhou renovado ímpeto o projeto de fundação de um império cristão no Norte da África, feito que parecia confirmar a *revelação* do “milagre de Ourique”, em 1139. A inexplicável e milagrosa vitória diante de um exército desproporcionalmente maior de infiéis foi atribuída à aparição de Cristo a Afonso Henriques antes da batalha, *milagre* que teria selado o destino glorioso e sagrado do reino português na expansão da cristandade.

Não à toa, vale ressaltar, as narrativas sobre Ourique ganharam força exatamente no século XV², tempo de afirmação portuguesa na vanguarda da expansão ultramarina e colonial. Esse ambicioso projeto acompanhou parte considerável da história de consolidação do reino português na Época Moderna e teve seu momento mais visível com o exitoso reinado de D. Manuel.

É fato, no entanto, que as dificuldades para a manutenção das praças portuguesas na África se fizeram sentir ainda no final do reinado do Venturoso, mas só ganharam maior visibilidade no reinado de D. João III. O abandono da ocupação de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer, além da redução da área de Ceuta e do deslocamento do centro da política expansionista portuguesa da África para a Índia, foi matéria de acirrado debate durante o reinado de D. João III³. Deve-se registrar, no entanto, que o recuo portu-

1 Este foi o ano do fim da batalha de Aljubarrota, na qual D. João de Castela foi derrotado por D. João de Portugal, depois da crise sucessória instalada no reino após a morte de Fernando I. A vitória de D. João de Portugal, que viria a ser D. João I de Avis, passou a ser um marco da autonomia de Portugal frente a Castela.

2 Para uma abordagem sobre a retomada do milagre de Ourique e seu papel na construção da identidade portuguesa moderna, ver Ana Isabel Buescu. “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 49-69.

3 Para uma análise dos debates sobre a retirada de Portugal do Norte da África, ver Otília Rodrigues Fontoura. *Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?* Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1966. Portugal a essa altura mantinha domínios em Tânger (desde 1471), e Mazagão (desde 1514).

guês não significou o abandono do sonho imperial no Norte da África, mas tão-somente uma retirada estratégica e temporária para uma futura e decisiva incursão nos “Algarves d’além mar”.

Foi em meio às disputas políticas em torno da execução desse projeto “adiado” que D. Sebastião, o Desejado, nasceu. Ao afastar o perigo iminente de “união” de Portugal a Castela⁴, o legítimo herdeiro passou a concentrar todas as atenções e disputas sobre a retomada do destino glorioso do reino português. Criado entre as fortes influências de Castela, exercida através da proximidade de sua avó e tutora, D. Catarina de Habsburgo, e dos jesuítas, seus preceptores e confessores, D. Sebastião assumiu a direção do reino em 1568, aos quatorze anos de idade⁵.

A forma como D. Sebastião recebeu e se apropriou do projeto de submeter o Norte da África ao cristianismo é tão controversa como foram suas inúmeras biografias e as histórias elaboradas sobre Alcácer Quibir. Dividido entre dois grupos que se digladiaram respeitosamente ao longo de 11 anos de regência, um liderado pela avó e tutora, D. Catarina de Áustria, e outro pelo tio-avô, o Cardeal D. Henrique, o pequeno rei cresceu pressionado por forças políticas antagônicas. Enquanto a rainha era vista como representante dos interesses de Espanha, pois era tia de Felipe II e da mãe de D. Sebastião, D. Joana⁶, o Cardeal liderava o grupo que recusava a interfe-

4 D. Sebastião nasceu dia 20 de janeiro de 1554, poucos dias depois da morte de seu pai, o príncipe D. João, ocorrida em 2 de janeiro. Uma das cláusulas matrimoniais do contrato de casamento dos pais de D. Sebastião previa que, em caso de falta de herdeiros, e da morte do príncipe D. João – filhos de D. João III e D. Catarina morreram prematuramente, inclusive o último, pai de D. Sebastião – a coroa seria herdada pela princesa D. Joana. O nascimento de D. Sebastião adiaria por 24 anos esse antigo projeto castelhano de anexar Portugal.

5 Para uma análise do período de regência de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique, ver Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz. *As regências na minoridade de D. Sebastião*. Elementos para uma história estrutural. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, 2 volumes.

6 D. Joana, mãe de D. Sebastião e irmã de Felipe, embora pouco mencionada pela historiografia portuguesa, teve papel político importante nos anos de 1550. Com o casamento de Felipe com Maria Tudor, em 1554, D. Joana foi convocada por Carlos V a voltar à Espanha como regente, cargo que exerceu até setembro de 1559, data do retorno de Felipe a Valladolid, depois de passar da Inglaterra aos Países Baixos. Quando em 1557 morreu D. João III, D. Joana chegou a cogitar em assumir o trono português durante a minoridade do filho, no que foi desaconselhada por Carlos V e pela rainha D. Catarina. A saída repentina de D. Joana logo depois do nascimento de D. Sebastião impressionou mal a corte, e dificilmente o nome da Princesa seria aceito sem resistências. Não localizei, até o momento, nenhum registro do encontro entre D. Joana e D. Sebastião. Sobre D. Joana ver José Martínez Millán. *Família real e grupos políticos: la Princesa D. Joana de Áustria (1535-1573)* in José Martínez Millán (dir.). *La corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1998, e a biografia saída recentemente Antonio Villacorta Baños-García. *La jesuíta Juana de Áustria*. Barcelona: Ariel, 2005.

rência espanhola na direção da política portuguesa. As disputas sobre a definição dos aios, professores e confessores de D. Sebastião menino ilustram bem os projetos de ingerência nos destinos do futuro reinado pelos dois lados⁷.

Ao assumir o governo do reino, em janeiro de 1568, D. Sebastião já acumulava uma história de atritos com D. Catarina e com o Cardeal, que gradativamente se afastaram do centro do poder, sem conseguir mais disfarçar as escaramuças que marcaram a convivência forçada a que foram submetidos na minoridade do rei. Um dos momentos mais graves da tensão que marcou as relações de D. Catarina com o cunhado Cardeal foi o da consulta da rainha ao papa, a Felipe II, às cortes e a D. Henrique, em dezembro de 1560, quando informou de sua intenção de deixar o governo. As reações contrárias ao afastamento da rainha, e a seu projeto de voltar a Castela, foram compreendidas como uma demonstração de força diante do Cardeal, que assumiu dois anos mais tarde a governança de Portugal. A renúncia da rainha em 1562, depois do “teste” vitorioso de 1560, não parece ainda suficientemente esclarecida.

Esta rápida digressão permite uma aproximação com as tensões vivenciadas por D. Sebastião quando de sua chegada ao trono. Dividido e pressionado, terminou por formar um grupo próprio de validos e seguidores, todos pertencentes à mais alta nobreza portuguesa. Sem que entremos nesse campo de discussão – a corte de D. Sebastião e seus validos –, essa conjuntura não pode ser dissociada das opções e projetos assumidos por D. Sebastião.

Adestrado nas artes da guerra, com educação religiosa severa e contemporâneo das guerras de religião que dividiram a cristandade, D. Sebastião herdou ainda tanto o projeto de um império cristão no Norte da África, como o clima de desolação e de um certo ressentimento pela perda das praças do Magreb. Sua determinação de ir à África não pode, portanto, ser compreendida fora desse contexto, seja em perspectiva política *strictu sensu*, seja no campo mais amplo e difuso de uma história cultural que vivia a transição de um modelo de rei guerreiro para outro ainda em construção,

⁷ Ver a respeito Jacqueline Hermann. *No reino do Desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, especialmente capítulo 2: O “Grande Castelo” de D. Sebastião, p. 73-124 e Azevedo Cruz, *op.cit.*

ainda chefe militar mas não mais à frente das tropas no campo de batalha, centralizador e cioso da grandeza de seu poder, mas também de sua importância para a estrutura e manutenção de seus domínios.

Embora apenas D. Sebastião seja visto a partir desse modelo medieval “atrasado”, marcado por padrões religiosos e pela lógica de cruzada, como em todos os demais aspectos, foi apenas mais um rei a enfrentar esse difícil momento de mudança e de transformações até então inimaginadas no mundo cristão. Tal como o sobrinho, Felipe II também recebeu educação focada na importância da defesa militar da cristandade e da monarquia espanhola. Mais ainda que D. Sebastião, o Rei Católico, também denominado Rei Prudente, cresceu governando em nome do pai imperador, sempre ausente e envolvido em continuadas guerras pela expansão do império e, depois da Reforma, pela manutenção do domínio católico. Através de estudos já disponíveis sobre a biblioteca de Felipe II, pode-se constatar como os textos que o tomavam como salvador da Igreja e único capaz de sujeitar hereges, e sobretudo a ameaça turca, marcaram sua formação e o sentido de seu governo⁸. Uma vez mais, esta digressão procura relativizar o peso atribuído à formação e aos erros “pessoais” de D. Sebastião na condução do desfecho trágico de seu reinado.

A esse cenário de disputas políticas, perdas de praças magrebínas e formação religiosa e militar, juntou-se a conjuntura sucessória no Marrocos, agravada desde 1576, na qual se viram envolvidos, direta e indiretamente, os reinos ibéricos. Essa disputa hispano-portuguesa no Magreb concorreu de forma importante para a aparição de uma nova dinastia no Marrocos, primeira de origem não tribal ou apoiada por movimentos de reforma religiosa e de pressões turcas na Argélia ou Tunísia⁹.

8 Ver José Luis Gonzalo Sánchez-Molero. “Las joyas de la librería personal de Felipe II, o sobre cómo descubrir al rey a través de sus libros” in *Felipe II y su época*. Actas del Simposium (I). San Lorenzo del Escorial, Instituto Escripturalense de Investigaciones Históricas y Artísticas, 1998, p. 435-482.

9 Sigo aqui as conclusões de Mercedes García-Arenal e Miguel Ángel de Bunes no importante *Los españoles y el norte de África, siglos XV-XVIII*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 13. Os autores partem do clássico e fundamental trabalho de Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, de 1949, e ainda do texto do mesmo autor, de 1928, “Les espagnols et l’Afrique du Nord, de 1492 a 1577”, publicado na *Revue Africaine*, n. 69, p. 184-233 e 351-410. A presença secular de muçulmanos na Espanha, sobretudo no sul da península até fins do século XV, teve papel determinante nas relações que se estabeleceram entre Espanha e o Norte da África no início do XVI, situação diversa da experimentada pelos portugueses na região.

A conjuntura da sucessão marroquina em 1576, na qual Muley Mahamet perdeu o poder para o tio Muley Moluco, levou-o a buscar apoio entre os históricos inimigos e concorrentes na Berberia. Mahamet primeiro tentou convencer Felipe II a envolver-se na disputa com o tio, sem saber que o rei espanhol já havia estabelecido um pacto de não agressão com Muley Moluco. Depois da vitória espanhola em Lepanto cinco anos antes¹⁰, e sobretudo a partir de 1573, forças católicas e muçulmanas buscaram soluções pacíficas que resultaram nas tréguas de 1577 e 1580 e o abandono espanhol de uma política imperial no Norte da África¹¹. Um tratado de paz estabelecido com os turcos em 1580 definia que estes se comprometiam a não interferir na questão mourisca peninsular e os espanhóis a não intervir na política marroquina ou fazer acordos de não agressão.

Poucos anos antes, no entanto, o cenário de alianças entre marroquinos e espanhóis era diferente. Sem informar sobre o pacto já estabelecido com Muley Moluco, e alegando o peso militar e financeiro do enfrentamento nos Países Baixos¹², Felipe II encaminhou Muley Mahamet ao sobrinho, o rei português D. Sebastião. O jovem monarca entusiasmou-se com a idéia de receber territórios no Magreb em troca da ajuda militar para o combate entre os dois xarifes e ainda retomar o ímpeto expansionista que caracterizara a atuação da dinastia de Avis em Portugal. Mas, acima de tudo, ganhava renovado fôlego o antigo projeto de criação de um império cristão, e português, no Norte da África.

Vários autores portugueses vêem em Alcácer Quibir o resultado de ações anteriores no sul de Portugal e na Berberia. As chamadas *jornadas*

10 A vitória sobre os turcos teve significado mais simbólico que militar, pois dois anos depois a armada otomana se havia recuperado. Apesar dos esforços de D. Juan de Áustria de manter uma frente de combate hispânica no Norte da África, Felipe II preferiu se concentrar nas guerras dos Países Baixos a continuar a gastar recursos humanos e militares no Magreb.

11 Ibid., p. 91. A disputa otomana no Norte da África conduziu a alianças que ora os uniram aos mouriscos – a rebelião de 1568, em Granada, fez Felipe II superdimensionar esta relação –, ora os tornaram alvo de acordos políticos e militares entre espanhóis e muçulmanos.

12 A aliança entre Felipe II e Muley Moluco é apontada tanto por Henri Terrasse in *Histoire du Maroc – Des origines à l'établissement du protectorat français*. Casablanca: Éditions Atlantides, 1950, como por Lucette Valensi in *Fábulas da Memória – A batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. O alto custo da guerra travada com nos Países Baixos entre 1571 e 1576 inviabilizava qualquer possibilidade de assumir grandes compromissos com guerras alheias, embora não haja referência, na historiografia portuguesa, à difícil conjuntura espanhola, tanto financeira como militar. Segundo García-Arenal e Ángel de Bunes, a repressão aos Países Baixos custaram ao Tesouro espanhol 10 milhões de escudos, cf. op. cit., p. 94.

sebásticas incluíam a viagem que D. Sebastião fez ao Alentejo e ao Algarve em janeiro de 1573, e a ida a Tânger e Ceuta entre setembro e outubro de 1574. A permanência do rei português na África preocupou, por razões distintas, a rainha, o cardeal e o então governador de Fez, o mesmo Muley Mahamet que dois anos depois buscava ajuda em Portugal. O argumento de Pero de Alcáçova Carneiro, agindo por pedido de D. Catarina, para que o Desejado se preparasse melhor para tão arriscada e grandiosa empreitada, teria convencido D. Sebastião a voltar ao reino. Outra versão indica a mão de Felipe II na interrupção do envio de mantimentos e maior suporte à permanência do rei português e sua corte no Magreb. Mas se nas duas versões parece ter pesado a pressão da avó Habsburgo¹³, nada confirma o necessário encadeamento entre as jornadas de 1573 e 1574 com a de Alcácer Quibir, esta última determinada pela conjuntura sucessória marroquina de 1576.

Os rumores sobre as alianças de Muley Moluco com os turcos levaram D. Sebastião a consultar a fidalguia portuguesa e a pedir conselhos ao então governador de Tânger, D. Duarte de Meneses, temendo que o xarife não se restringisse ao reino de Fez e se fizesse “Senhor de toda África, de todos os portos do mar dela...”¹⁴. Apesar de historiadores como Sales Loureiro e Queiroz Velloso mencionarem essa consulta, não temos qualquer registro sobre as possíveis respostas recebidas por D. Sebastião. Tudo parece indicar que a falta de atenção, seja ao procedimento de ouvir a corte, seja ao confirmado apoio da nobreza à decisão de passar a África, baseou-se na imagem autoritária, arrogante e impulsiva construída sobre o malfadado rei português, e que fez dele o grande, senão o único responsável pela derrota de 1578.

O fato é que a busca de apoio português por Muley Mahamet, sendo este inclusive encaminhado pelo tio Prudente, fizeram com que D. Sebastião, e boa parte da corte, entendessem ser este o momento certo para voltar a escrever a história de grandeza do reino lusitano. Mas, por

¹³ A versão que valoriza o peso da ação de Pero de Alcáçova Carneiro é de Francisco Sales Loureiro. *D. Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. A outra, que aponta a ação de Felipe II, é de J. M. Queros Velloso. *D. Sebastião – 1554-1578*. 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945. Velloso foi o historiador que primeiro valorizou os arquivos espanhóis para o estudo dos reinados de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, sobretudo a documentação vasta e riquíssima depositada no Archivo General de Simancas.

¹⁴ Apud Jacqueline Hermann, op. cit., p. 108.

mais que D. Catarina tenha trabalhado pelos interesses de Espanha durante a minoridade do rei, jamais apoiou a aventura africana de D. Sebastião, embora não tenhamos conhecimento das cartas que deve ter trocado com o rei de Espanha sobre os preparativos para a batalha. Nem a rainha, nem o Cardeal. Este preferiu se retirar para o convento de Alcobaça, depois de enviar vários emissários tentando dissuadir D. Sebastião tanto da empreitada como da decisão de pessoalmente participar do embate.

Quanto ao tio Felipe II, e por mais que encontremos registros de que tentara convencer o sobrinho a desistir ou a pelo menos não seguir junto com o exército, encontrou-se com D. Sebastião em 1576 para tratar dos preparativos da batalha, naquela que ficou conhecida como “a entrevista de Guadalupe”. Neste encontro, o Rei Católico não só se comprometeu com ajuda financeira e militar – impossíveis de cumprir em face da situação de verdadeira falência em que se encontravam os cofres espanhóis –, como finalmente concordou em conversar sobre o casamento de D. Sebastião com sua primogênita Isabel Clara Eugênia, depois da batalha marroquina. Nem a mais completa e bem documentada biografia de D. Sebastião, elaborada por Queiroz Velloso, estabelece qualquer relação entre a suposta hesitação de Felipe II em apoiar a aventura marroquina – atribuída ao desejo de desencorajar o intransigente sobrinho – e o acordo prévio estabelecido com o vitorioso xarife Muley Moluco. O fato é que o rei espanhol foi mais fiel ao que pactuara com o soberano marroquino do que com o prometido ao sobrinho, e acabou por não enviar as 50 galés e os 5.000 homens para o exército português, mesmo sabendo, pelo duque de Alba, que eram necessários pelo menos 15 mil.

Apesar de todas as adversidades e opiniões contrárias, D. Sebastião pôs em marcha os preparativos, e esperava partir no verão de 1577, mas as dificuldades financeiras e de ordem militar adiaram por um ano a partida para a África. Embarcado na galé real em 14 de junho de 1578, só saiu de Lisboa no dia 24, devido ao mau tempo. De Lisboa, o rei e seu exército passaram a Lagos, Cádiz, Tânger e Arzila para chegar a Alcácer Quibir. O tamanho das forças varia bastante de acordo com as crônicas de época, mas tudo parece indicar que os combatentes do lado português somaram no máximo 24 mil, enquanto o adversário contaria com mais de 87 mil cavaleiros e 25 mil atiradores. A escassez de recursos dos lusos se fez sentir rapidamente e os conselhos para recuar teriam irritado D. Sebastião e o levado a perguntar aos fidalgos à sua volta: “e agora que me vedes aqui dizeis o contrário,

parece-vos que sentis bem de minha reputação em dizer que me retire e perca a artilharia, ou que aguarde a perder esta gente deixando-a morrer de fome, perdendo com seu valor honra e vida?”¹⁵ D. Sebastião recusou-se a desistir e em 4 de agosto sucumbiu com boa parte de seu exército nas areias marroquinas.

Não me deterei aqui no assombro provocado pela chegada das primeiras notícias do desastre a Portugal e Espanha, mas nas versões da batalha que surgiram pouco tempo depois do conhecimento da derrota. A importância atribuída ao acontecimento pode ser avaliada pela circulação de uma “carta noticiosa” dos Fuggers sobre a batalha, ainda em fins de 1578. Esta ter-se-ia baseado em cartas oriundas de Lisboa, datadas de 22 e 25 de agosto, portanto poucos dias depois do desastre, por um correspondente dos banqueiros alemães ligado à sucursal do Tejo. Segundo Ana Maria Pinhão Ramalheira, autora de impressionante trabalho sobre as representações historiográficas e literárias de Alcácer Quibir na Alemanha, entre 1578 e 1800, e a partir do qual se pode perceber o interesse pela produção e leitura de narrativas sobre a batalha marroquina, a carta dos Fuggers pode ter partido de relato de algum recém-chegado da África e era minuciosa em detalhes.

Embora encontremos já nesta versão informações que se repetiriam em diversas outras narrativas, como as resistências dos comandantes estrangeiros – alemão e italiano, no caso – para acatar as ordens militares consideradas equivocadas de D. Sebastião, ou a impaciência do jovem rei diante dos conselhos sobre os perigos de continuar, a carta ressalta a coragem da nobreza lusitana e, claro, a bravura dos alemães, italianos e espanhóis. Para os Fuggers, a luta foi contra o “exército turco”, o que, segundo a autora, pesou favoravelmente na construção da imagem alemã de D. Sebastião, considerado uma espécie de herói trágico da cruzada cristã¹⁶. Muitas outras questões podem ser levantadas a partir dessa carta, como os interesses dos Fuggers em jogo com a nova conformação política decorrente da ampliação do poder de Felipe II na Europa – os banqueiros mantinham relações financeiras com os dois reinos ibéricos desde a primeira metade do

¹⁵ Os dados sobre as negociações com Felipe II e os números da batalha estão em Jacqueline Hermann, op. cit., p. 96-118.

¹⁶ Ana Maria Pinhão Ramalheira. *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha*. Representações historiográficas e literárias (1578 – ca.1800). Coimbra: Minerva Coimbra, Centro Universitário de Estudos Germanísticos, Universidade de Aveiro, 2002, p. 114-131.

século XVI –, ou a visão dos alemães tanto sobre as guerras de religião, como a respeito das características dos novos Estados e reis que se forjavam na segunda metade dos quinhentos. Mas o que nos importa aqui ressaltar é o caráter espetacular do episódio, sem dúvida estimulado pela difusão da imprensa e da Reforma nos Estados alemães.

A partir desta “carta”, inúmeras outras versões foram publicadas e circularam na mesma região ainda em 1578, a exemplo de uma “notícia nova” (*Neue Zeitung*), *Portugalesische Schlacht*, impressa até mesmo na República Tcheca, da qual circularam cerca de 4.000 exemplares entre 1578 e 1579. Segundo Ramalheira, o sucesso das impressões de folhetos sobre Alcácer Quibir além-Reno parece demonstrar que a batalha foi um dos acontecimentos que mais suscitou interesse no final do século XVI¹⁷.

Ainda com data de 1578, e fora da península ibérica, surgiu uma Relação anônima francesa, *Vray Discours de la Cruelle Bataille, donnée par le serenissime Roy de Portugal & la Roy de fees Maluc*¹⁸, traduzida do espanhol por Nicolas Bonfons, e outra inglesa, também de 1578 e anônima, *A Dolorous Discourse of a Most Terrible and Bloudy Battel, Fought in Barbaria, the Fourth Day of August Last Past, 1578*¹⁹. Nada parece indicar terem sido estes relatos traduções das cartas Fuggers acima mencionadas, estando ainda por compreender que caminhos levaram a aventura de D. Sebastião à França e à Inglaterra tão rapidamente.

Passando para as versões mais conhecidas, por muito tempo foi considerada uma das primeiras narrativas sobre a batalha, *Les Voyages et Conquêtes des Roys de Portugal en Indes d'Orient, Éthiopie*, aparecida na França ainda em 1578. Maldosamente atribuída a um fidalgo português de nome espanhol, Joachim de Centellas, provavelmente foi de autoria do li-

17 Ibid., p. 133.

18 *Vray Discours de la Cruelle Bataille, donnée par le serenissime Rewy de Portugal & la Roy de fees Maluc: la mort d'iceux Roys; le nombre des gentilshommes signalez tuez en ladite bataille: Aussi ceux qui sont captifs et detenus par les Turs mores. Traduit d'espagnol en français. A Paris: Par Nicolas Bonfons, 1578.* Existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Paris. Cf. Ramalheira, op. cit., p. 139.

19 *A Dolorous Discourse of a Most Terrible and Bloudy Battel, Fought in Barbaria, the Fourth Day of August Last Past, 1578.* Wherein were slaine two Kings (but as most men say three), besydemany other famous personages, with great number of captains and other soldiers that were slaine on both sides. Whereunto is also annexed a note of the names of diverse that were taken prisoners at the same time, in Henry Castries (ed.). *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. De 1530-1845.* Archives et Bibliothèques d'Angleterre. T.I, 1918, p. 329-38, *apud* Ramalheira, op. cit., p. 139.

vreiro-impressor francês Jean d'Ongoys, e não conheceu nenhuma versão portuguesa. Segundo Ramalheira, esta obra não pode ser anterior a 1582, pois menciona as exéquias fúnebres e o traslado dos restos mortais de D. Sebastião para o mosteiro dos Jerônimos, só ocorrida cinco anos depois da batalha. Cabe lembrar, no entanto, que para a aclamação do Cardeal D. Henrique como rei de Portugal fazia-se necessário confirmar a morte de D. Sebastião, o que foi feito através da solenidade fúnebre realizada, também nos Jerônimos, em 20 de setembro de 1578. Em 1582, momento em que Felipe II se encontrava em Portugal e já depois do início da União Ibérica, houve outra cerimônia fúnebre, a confirmar a necessidade de reiterar a morte de D. Sebastião, ainda esperado nas ruas de Lisboa.

A primeira história composta por um espanhol foi a do monge dominicano, frei Luís de Nieto, testemunha ocular do desastre. Também de 1578, sua *Relación de las Guerras de Berberia*, dedicada a Felipe II, foi, como as demais, publicada fora de Espanha, forma de evitar que ao rei castelhano fosse atribuída a edição de textos que depreciassem tanto D. Sebastião como a nobreza lusitana. Uma versão desta *Relación* apareceu em Paris em 1579, sem indicação de autor nem de tradutor, com o nome de *Histoire véritable des dernières guerres advenues en Barberie*. Mas as controvérsias sobre este documento não param por aí. O catálogo do British Museum atribui este texto ao combativo dominicano português José Teixeira, sob o pseudônimo de Petrus Olim, “le pelerin espagnol”, sendo este, para muitos, um editor flamengo. Parece difícil considerar esta hipótese na medida em que os textos comumente atribuídos ao dominicano português foram altamente críticos às pretensões espanholas, chegando este a advogar a causa de D. Antônio através da defesa da origem popular da eleição do sucessor de D. Sebastião. São inúmeros os trabalhos do padre José Teixeira sobre o assunto, com destaque para *De Portvgallie Ortv*, de agosto de 1578, e a narrativa sobre a viagem a África por D. Sebastião, *Adventure admirable par dessus toutes autres des siècles passez et présent qui contient un discours touchant les succez du roy de Portugal, Dom Sebastian, depuis de son voyage d'Aphrique...*, de 1601, editada em Paris. A relação de José Teixeira com a disputa sucessória portuguesa merece atenção especial, mas para o que aqui nos interessa destacamos as numerosas versões que esta obra recebeu, dentre as quais uma em latim, em 1581, e outra em território espanhol, em San Lucar de Barrameda, no ano de 1602.

Voltando às narrativas estrangeiras, a terceira e talvez mais divulgada versão da batalha de Alcácer Quibir apareceu em 1585. *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*, de Ieronimo de Franchi Conestaggio, teve sua primeira edição em Gênova, e publicações francesas em 1596, 1600, 1601 e 1680, além de ter sido traduzida para o inglês em 1600, para o latim em 1603 e para o castelhano em 1610. O autor, que esteve em Portugal de 1578 a 1582 como representante dos interesses genoveses na feitoria da alfândega, escreveu uma história explicitamente desfavorável a D. Sebastião e aos portugueses, e seu trabalho chegou a ser atribuído a D. Juan da Silva, embaixador de Felipe II, e responsável por copiosa e detalhada correspondência enviada ao rei espanhol sobre o desenrolar da batalha.

Este último relato, por ter sido talvez o mais agressivo, gerou as respostas portuguesas mais indignadas. O fidalgo D. João de Castro, entretanto, foi o único que, àquela altura, procurou resgatar não só a honra portuguesa como a imagem de D. Sebastião, publicando em Paris, em 1602 o *Discurso da vida do sempre bem vindo e apparecido Rey D. Sebastião*²⁰, na qual agregou à história da batalha elementos sagrados que “explicavam” a retirada de D. Sebastião para lugar desconhecido, e de onde voltaria quando chegasse o momento adequado. D. João de Castro apoiara a resistência de D. Antônio, Prior do Crato, a Felipe II, e foi responsável pela primeira publicação de parte das trovas do sapateiro de Trancoso, Gonçalo Annes Bandarra, processado pela Inquisição portuguesa em 1541 por prever a volta de um rei Encoberto para Portugal. Depois de Alcácer Quibir, suas trovas, escritas mais de 30 anos antes, foram alçadas à categoria de *profecias* da crença messiânica que começava a surgir em Portugal²¹.

20 D. João de Castro era filho de D. Álvaro de Castro, que seguiu com D. Sebastião para a África, e neto de D. João de Castro, antigo vice-rei da Índia. D. João de Castro aderiu à causa de D. Antônio, concorrente ao trono português que ousou desafiar Felipe II. Depois de desiludir-se com a aventura antonista, exilado em Paris passou a escrever sobre a volta de D. Sebastião, onde publicou o *Discurso da vida do sempre bem vindo e apparecido rey Dom Sebastiam nosso senhor o Encuberto dede seu nascimento tee o presente: feyto & dirigido por Dom Joam de Castro aos tres estados do reyno de Portugal: convem a saber ao da Nobreza, ao da clerezia, & e ao do povo*. Paris: por Martin Verac, 1602. No ano seguinte publicou *Paráphrase e concordância de algumas prophecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso*, também em Paris.

21 Sobre as trovas de Bandarra e suas edições ver Jacqueline Hermann, op. cit., capítulo 1.

Jerônimo de Mendonça, soldado de D. Sebastião, com a sua *Jornada de África*, cuja primeira edição de que se tem notícia é de 1607, rebateu diretamente as críticas de Jerônimo di Conestaggio. Embora tenha admitido várias das dificuldades do exército português apontadas pelas versões estrangeiras, fez uma defesa veemente da coragem e bravura dos combatentes, sendo ele ninguém menos que um sobrevivente da armada de D. Sebastião²².

Mas a primeira versão portuguesa sobre a batalha parece ter surgido em 1584, escrita por Miguel Pereira, antes mesmo do “ataque” de Conestaggio e, tal como a maioria delas, arrasadora para com a figura do rei desaparecido, embora termine o seu manuscrito insinuando a possibilidade da volta de D. Sebastião.

Dos anos de 1580 foram ainda a *Crônica de el rei D. Sebastião*, de Bernardo da Cruz; o relato do castelhano Luís de Oxeda (*Comentario que trata de la infelice jornada q'el Rey D. Sebastião hizo en la Berberia el año de 1578*), também sobrevivente e bastante citado como fonte importante para a descrição da batalha, assim como o depoimento de Miguel Leitão de Andrada²³, incluindo em seu trabalho uma ilustração do encontro dos dois exércitos, numa representação que evidencia a incompetência da tática adotada pelo exército liderado por D. Sebastião.

Além desses trabalhos de autoria conhecida ou atribuída, existem outras crônicas anônimas, além da francesa e inglesa já citadas. Sales Loureiro publicou a *Jornada del-Rei dom Sebastião às partes da África*²⁴, a *Crônica de dom Henrique*, a *Crônica do Xarife Mulei Mahamet e D'El-Rei D. Sebastião*²⁵ e o relato de Eduardo Alvarez, *Memória acerca da batalha de Alcácer Quibir*, este publicado em 1892.

Desculpo-me pelo inevitável desfiar de títulos, datas e controvérsias de autoria, mas minha intenção é discutir exatamente o possível sentido desse número impressionante de elaborações, com vistas a discutir a história que esses escritos produziram. Em meio a tantos relatos, pode-se afirmar que para além das versões da batalha portuguesa contra os mouros, essas

22 Esta obra foi reeditada em 1785, pela Officina de Joze da Silva Nazareth.

23 Cf. *Miscellanea*. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1629.

24 Introdução e Prefácio Francisco de Sales Loureiro. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1978.

25 Introdução e notas Francisco de Sales Loureiro. Lisboa: Europress, 1987.

versões teceram uma narrativa dialógica e contínua entre os diversos textos. Assim, o conjunto dessas histórias nos leva a crer que tiveram um sentido próprio, e não necessariamente motivadas pela busca desinteressada da “verdade”, mas comprometidos com o lugar ocupado por cada um dos produtores dessas versões no campo dessa verdadeira guerra de discursos.

O medievalista George Duby, observando a batalha de Bouvines, afirma que todos os que participam de uma batalha “só vêem uma multidão confusa; ninguém nunca percebeu, nem perceberá em sua verdade total, esse turbilhão de mil atos emaranhados”. Marc Bloch vai ainda mais longe ao relativizar o “verdadeiro testemunho” dos que participam das guerras, observando a dinâmica das relações e informações que se cruzam no campo de batalha “um pouco atrás das linhas entrelaçadas que desenhavam as primeiras posições”, fundando uma verdadeira “zona de formação das lendas”²⁶.

Nessa perspectiva, esse conjunto de versões sobre a batalha de Alcácer Quibir nos abre um quadro de possibilidades de leituras de um acontecimento fundamental para o imaginário português quinhentista: as guerras de conquistas de territórios ocupados pelos infiéis, por um lado, e a tentativa de afirmação do poder de um Estado moderno, mas ainda apegado a fórmulas e projetos herdados da Baixa Idade Média, a “guerra santa” e o rei guerreiro.

Várias são as controvérsias em torno dos mais diferentes aspectos que compuseram a batalha de Alcácer Quibir, ou ainda, que explicaram as razões da derrota portuguesa. Todos esses trabalhos, direta ou indiretamente, concentraram na figura de D. Sebastião a responsabilidade pelo desfecho trágico no enfrentamento do exército mouro. Muitos desses relatos procuram mostrar até mesmo o esforço que Muley Moluco, xarife que fez guerra a D. Sebastião, empreendeu para evitar o confronto, enviando agentes que procuraram negociar com o soberano português quando este já se

26 George Duby, *O Domingo de Bouvines*, p. 18-9. Na batalha de Bouvines, acontecida em 1214, o rei da França, Felipe Augusto, derrotou uma coalizão insuflada pelo rei inglês, João Sem Terra, que perdera os ducados da Normandia e de Anjou para Felipe; Marc Bloch. *Introdução à História*. 3. ed. Sintra: Publicações Europa-América, 1976, p. 97.

encontrava no Norte da África. A última tentativa nesse sentido parece ter sido uma carta atribuída ao xarife inimigo, na verdade apócrifa, onde o remetente, gentil, mas duramente, aconselha ao jovem monarca que se quiser tirar-lhe a posse de seu reino e Estado receba a promessa que “isso será o princípio e meio de sua perdição”. Adverte ainda: “Olha, senhor, o que fazes; não te metas onde te não hás de poder tirar, quando quiserdes [...] Tu me vens buscar sem razão, e queres guerra comigo injusta, que a Deus não apraz [...]. És moço e cavaleiro, tens com quem te aconselhar. Deus entre ti e mim, seja a Justiça”²⁷.

Curiosamente, toda a estrutura do documento atribuído ao poderoso xarife marroquino é bastante semelhante ao discurso dos biógrafos de D. Sebastião, que quase fazem de Muley Moluco um soberano com características ocidentais, até mesmo em seu aspecto físico. Nas duas primeiras tentativas que Moluco teria feito para que D. Sebastião desistisse do ataque – uma através do cativo cristão Abel Quaresma, outra pelo mercador genovês André Gaspar Corso –, o xarife demonstrara sua incompreensão pela opção de D. Sebastião em apoiar o sobrinho, Muley Mahamet, preterido segundo as vias normais marroquinas de assunção do poder.

O comprometimento de todas as histórias da batalha com o desfecho trágico pode ser observado até mesmo nas descrições físicas do xarife e de D. Sebastião. Enquanto Moluco era branco de face, barba negra, os olhos verdes, “não trazia nenhuma mestiçagem de sangue negro”, falava espanhol, italiano e turco e era amigo pessoal de Felipe II, D. Sebastião era fisicamente assimétrico: todo o lado direito, a mão, a perna e o pé eram maiores que o esquerdo; um ombro mais alto que o outro, “pende para um lado”. Tinha ainda um dente a menos, um sinal secreto, “uma verruga no pé

27 Apud Queiróz Velloso, op. cit., p. 324-5. O próprio Velloso afirma que a origem desse documento é controvertida e a variedade de traduções ocidentais que recebeu (italiano, espanhol e francês) parece indicar, no mínimo, o interesse na difusão de uma história desfavorável a D. Sebastião. Ninguém levanta a questão de como esta carta poderia ter “sobrevivido” à catástrofe, já que o rei desapareceu. A única hipótese que parece razoável para que tenha chegado aos nossos dias é que tenha sido “guardada” pelo embaixador espanhol e entregue a Felipe II, o que a “transforma” num documento espanhol, e portanto comprometido, sobre a atuação do rei português. Velloso credita sua veracidade ao fato de ter sido traduzida do árabe (p. 323), o que por si só não altera a hipótese anteriormente levantada.

direito que lhe cresce [...] no ombro um sinal preto [...], o beijo caído (feição típica da Casa de Áustria), as pernas arqueadas...”²⁸.

A batalha de Alcácer Quibir foi, assim, um embate entre um xarife belo, preparado, maduro e sensato contra um monarca inconseqüente, imaturo e fisicamente deformado, para não falar de misteriosa doença que o flagelava havia anos, a ponto de primeiro dificultar e por fim inviabilizar a concretização de qualquer contrato de casamento. Os embaixadores de Felipe II relatavam diariamente as condições de saúde de D. Sebastião, que em certas ocasiões “purgava por sus órganos”, notícia que o rei espanhol fazia circular nas cortes européias, de modo a dificultar as negociações matrimoniais²⁹, que jamais chegaram a bom termo.

Voltando ao nosso tema, parece não haver dúvida de terem sido os preparativos para a batalha no mínimo insuficientes para dar cabo de tarefa tão ousada, considerando apenas seu aspecto militar. Entretanto, parece também não ser possível esquecer o fértil terreno para a formação das lendas no campo de batalha dos discursos e das imagens que estes produziram e dos objetivos dessas histórias para a justificativa da incompetência de D. Sebastião e de sua nobreza. O xarife infiel transformou-se quase em príncipe justo, corajoso e legítimo, enquanto D. Sebastião ficou para a história letrada como uma equivocada combinação de soberba e incompetência, loucura e ignorância.

O desaparecimento do rei português, a falta de um herdeiro que pudesse dar continuidade à trajetória dos Avis, a inacreditável derrota diante daqueles que marcavam um dos pilares da identidade portuguesa e a conseqüente subordinação a Castela, colocava Portugal, a um só tempo, novamente aos pés daqueles que foram os inimigos ancestrais da independência portuguesa: os espanhóis vencidos em Aljubarrota, e os mouros derrotados em Ourique depois de um milagre.

28 Para a descrição de Moluco ver Henri Terasse, op. cit., p. 184-5; para a descrição de D. Sebastião ver “Sinal com que nasceu El Rey D. Sebastião”, BNL, coD. 551, F 5530, também citado por Queiróz Velloso, op. cit., p. 115.

29 Sobre as doenças de D. Sebastião ver Moura-Relvas, J. *El rei dom Sebastião. Ensaio biológico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1972, e Mário Saraiva. *Nosografia de D. Sebastião* (revisão de um processo clínico). Lisboa: Delraux, 1980.

Assim, tudo que se disse sobre a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir não pode se desligar dos igualmente numerosos relatos sobre a vida do jovem rei, responsabilizado pessoalmente pelo desastre no Marrocos. Ao buscar retomar a façanha de Ourique e reescrever a história de glória de Portugal, D. Sebastião encarnou o último rei cruzado do ocidente em plena época moderna. Portugal pagou um alto preço por isso. Perdeu seu rei entre os mouros e seu reino para os castelhanos durante 60 anos.

Por outro lado, e por mais que as inúmeras narrativas da batalha tenham circulado por boa parte da Europa e construído uma imagem desonrosa para D. Sebastião, estas não foram suficientes para que entre populares e letrados, como D. João de Castro, o Desejado continuasse a ser valorizado, cultuado e esperado para restaurar um passado de glória e soberania. A crença messiânica surgida na esteira dos acontecimentos foi cultivada paralelamente e apesar dos esforços de fazer da história e da memória de D. Sebastião uma vergonha a ser sepultada. Sua postura e aventura guerreira venceram a história e encontraram no mito uma fonte inesgotável de realimentação e longevidade.